

ANÁLISE



Miguel Baltazar

O que a pobreza tira às crianças

Comida saudável, autoestima e uma perspectiva de futuro

Em Portugal, existem cerca de 300 mil crianças e jovens em situação de pobreza. A maioria são filhos de pais que trabalham, mas que têm baixos salários e precariedade laboral, o que não lhes permite ter dinheiro suficiente para cobrir as despesas da família. No Dia da Criança, pomos um foco nestes miúdos a quem falta uma alimentação equilibrada, uma casa digna, acesso à saúde e os estímulos psicossociais necessários para o seu desenvolvimento. Estas carências explicam, em parte, o baixo rendimento escolar de muitos destes alunos. Mas, sobretudo, estes são meninos que não têm grandes perspetivas de futuro, nem têm quem lhes alimente os sonhos. Para combater a pobreza infantil, é preciso coordenar as políticas públicas com as entidades no terreno, alertam vários especialistas. Caso contrário, os ciclos de pobreza intergeracional vão perpetuar-se.

FILIPA LINO
flino@negocios.pt

“

Estou fechada na rua, à espera de que a minha mãe chegue do trabalho.” A frase ainda ecoa na mente de Matilde Sirgado, vice-presidente do Instituto de Apoio à Criança (IAC). Foi dita por uma menina, ainda pequena, aos técnicos do projeto Rua “Em família para Crescer”, na Zona J, em Chelas, quando lhe perguntaram o que fazia ali, sozinha, sem a supervisão de um adulto.

Infelizmente, este não é caso único. Há muitas crianças que estão à sua sorte porque têm pais que trabalham muitas horas, às vezes em mais do que um emprego, e não podem contar com uma rede de apoio. “Quase todas as crianças que acompanhamos são filhas de pessoas com trabalho precário e muitas vezes exploradas. É este nível de pobreza que temos no nosso país. São pessoas cujo rendimento não chega e que não têm um suporte, estão num isolamento social”, refere.

O economista Carlos Farinha Rodrigues analisou os dados mais recentes do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), disponibilizados pelo INE e pelo Eurostat, referentes a 2024, e concluiu que cerca de 75% das crianças em situação de pobreza vivem em famílias cuja principal fonte de rendimento provém do trabalho. Isso deita por terra o mito de que as crianças pobres são filhas de desempregados ou de pessoas que vivem de subsídios do Estado.

“Esta realidade evidencia a persistência de um fenómeno de trabalhadores pobres, refletindo as limitações do mercado de trabalho em garantir rendimentos suficientes e condições de vida dignas para todos os membros do agregado familiar”, refere o professor do ISEG e investigador na área de desigualdade.

Em 2023, a taxa de pobreza infantil em Portugal situava-se em 17,8%, correspondendo a aproximadamente 302 mil crianças e jovens. “Embora este valor represente uma melhoria face aos anos anteriores, continua a ser elevado, sobretudo em comparação com os países da União Europeia que registam menores níveis de pobreza e dispõem de sistemas de proteção social mais robustos”, diz.

Combater a pobreza infantil implica, por isso, “medidas para as crianças, mas também para assegurar que as famílias dessas crianças têm os recursos suficientes para deixarem de ser pobres.” E “um dos principais fatores de agravamento da precariedade social é, claramente, o problema da habitação, que contribui para uma forte degradação das condições de vida das famílias”.

A pobreza foi sofrendo transformações ao longo dos anos e hoje há uma pobreza nova a aparecer, alerta Matilde Sirgado. “São pessoas que caíram da classe média para estas situações. É uma pobreza envergonhada. Muitas das crianças que nos pedem ajuda são de famílias com alguma estrutura, algumas até com escolaridade mais elevada” do que era habitual.

É perceptível o impacto económico da pandemia, da guerra na Ucrânia, da crise na habitação e dos fenómenos migratórios. Tudo isto “agudizou ou tornou visíveis alguns dos problemas que já estavam na base”, diz a vice-presidente do IAC.

“Voltámos a ter situações de pobreza mais fortes, que já não tínhamos há umas décadas, e há crianças que passam fome”. Quando a conjuntura económica não é favorável, “as crianças são as maiores vítimas” porque, por um lado, “há uma carência de serviços com respostas sociais” e, por outro, “o stress económico aumenta a violência doméstica”.

As equipas do IAC no terreno deparam-se com menores que “vivem em contextos familiares marcados por conflitos, alguns são vítimas de negligência e até mesmo de violência doméstica”.

Nestes casos, o abandono escolar é uma tónica dominante e alguns acabam institucionalizados. “Este elevado risco de exclusão na parte educativa faz com que o IAC tenha muitas respostas nesta área”, como os Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAF) e a Escola de Segunda Oportunidade, que abrange adolescentes dos 15 aos 18 anos.

Frequentemente, estes adolescentes passam de vítimas a agressores e “têm comportamentos pré-marginais”, refere. Também aqui o IAC atua com “um trabalho de acompanhamento das medidas em meio natural de vida, no sentido de prevenir situações de risco ainda maior” para evitar que “engrossem as cifras das cadeias quando forem legalmente imputáveis”.

A verdade é que “a pobreza não se resume apenas a ausência de rendimento”, sublinha. “Ela manifesta-se na falta de acesso a uma educação de qualidade e à saúde, na falta de habitação digna e de uma alimentação adequada, mas também na não participação plena na vida em sociedade. Isso também é uma forma de pobreza”.

Carlos Farinha Rodrigues alerta para o facto de a pobreza infantil não ser homogénea. Varia de acordo com as faixas etárias e é entre os 12 e os 17 anos que é mais alta (19,2%), o que coloca “desafios acrescidos associados à adolescência, designadamente na transição entre o sistema educativo e o mercado de trabalho”.

Outro dado que o economista salienta é o tipo de família a que pertencem as crianças e jovens em situação de pobreza. Cerca de um quarto desta população vive em agregados monoparentais, predominantemente com mães solteiras, e mais de 20% pertencem a famílias numerosas, com três ou mais crianças dependentes.

FAZ DE CONTA QUE NÃO SOU POBRE

A pobreza também afeta a forma como as crianças se veem a si próprias e aos outros, o que condiciona as relações entre pares, na escola. É

continua

“Voltámos a ter situações de pobreza mais fortes, que já não tínhamos há umas décadas, e há crianças que passam fome”, alerta a vice-presidente do IAC, Matilde Sirgado.

ANÁLISE



Marilene Alves

continuação

isso que a psicóloga Leonor Pereira da Costa está a estudar no projeto “Status Fit - Mapeamento Multinível da Vulnerabilidade das Crianças à Discriminação com Base na Classe Social”, do Digital Human-Environment Interaction Lab (HEI-Lab), da Universidade Lusófona, que abrange crianças em Portugal entre os 10 e os 16 anos.

O objetivo é compreender que conhecimentos e atitudes as crianças e os adolescentes têm acerca das desigualdades sociais e económicas, bem como conhecer as experiências em relação a situações discriminatórias que tenham assistido nas suas escolas.

Os dados ainda estão a ser analisados, mas há conclusões que já são claras. “As crianças têm muita dificuldade em assumir que são pobres e que sofrem discriminação”, diz a investigadora. “Isso tem impacto na forma como lidam com outras crianças pobres. Tendem a afastar-se delas e até a excluí-las. Acabam por não se defenderem umas às outras.” Este é um “mecanismo de defesa” que pode ter como consequência “a criança ver coisas injustas à sua volta, como alguém a ser discriminado por causa das suas condições económicas, e não se colocar ao lado dela, porque não quer ser conotada como pertencendo também àquele grupo.”

A investigadora refere que há uma relação entre os sentimentos de discriminação e a ambição face ao futuro. “Quem sente mais discriminação, tem menos aspirações e menos bem-estar psicológico.”

Estas crianças enfrentam múltiplos desafios emocionais e sociais – como relacionamentos frágeis com a família e os pares –, de saúde física e psicológica, nomeadamente com risco de depressão e maiores níveis de cortisol, um indicador biológico de stress. “É importante frisar que, em contextos onde a diferença entre ricos e pobres é maior, as crianças com baixo nível sócio económico podem experimentar resultados psicológicos e físicos ainda mais exacerbados, devido ao sentimento de privação material”.

Leonor Pereira da Costa assume que está preocupada com a forma como as escolas lidam com este problema. Um dos objetivos do estudo é também perceber as práticas académicas e pedagógicas que, muitas vezes, ainda que de forma ingênua, “fomentam este tipo de comparações sociais”. E dá um exemplo. Em setembro, quando inicia o ano letivo, os professores perguntam: onde foram nas férias? “Há crianças que

“As crianças têm muita dificuldade em assumir que são pobres e que sofrem discriminação”, refere a psicóloga Leonor Pereira da Costa, que está a estudar no projeto “Status Fit” do HEI-Lab, da Universidade Lusófona, como as crianças pobres se veem a si próprias e aos outros. “Isso tem impacto na forma como lidam com outras crianças pobres. Tendem a afastar-se delas e até a excluí-las. Acabam por não se defenderem umas às outras.”

viajaram para o estrangeiro, mas há outras que só foram a casa dos avós, ou nem nisso.” São circunstâncias em que as crianças se sentem em comparação com os outros. “Estas práticas, que estão enraizadas no nosso sistema educativo, vão fazer com que esta desigualdade se perpetue.”

PAIS CANSADOS NÃO ESTIMULAM OS FILHOS

Na consulta de neurodesenvolvimento no hospital do Barreiro, a pediatra Isabel Bretes também acompanha muitas crianças e adolescentes de famílias pobres, que apresentam problemas de motricidade, linguagem, desenvolvimento intelectual verbal e não-verbal e de autonomia.

“É muito raro apanhar aqui pais que tenham o ensino secundário. E um dos fatores mais importantes para o sucesso escolar da criança é o nível de escolaridade da mãe. Quando há uma história familiar com este registo, em que pais e avós deixaram de estudar cedo, isso promove baixas expectativas, logo à partida.”

A linguagem e a aprendizagem das crianças “dependem muito da mediação por terceiros”. Se os pais estudaram pouco e têm baixas expectativas, isso faz com que “a estimulação destas crianças seja altamente prejudicada”, porque “não só não existem estímulos em casa, como não há dinheiro para pagar quem faça esse trabalho de reforço da escola”. Isso afeta o rendimento escolar, sobretudo se a criança tiver já “algum défice cognitivo ou uma perturbação de hiperatividade e défice de atenção”.

Isabel Bretes confirma que estes pais têm condições de trabalho muito precárias e “muitas vezes não têm tempo para os filhos”. Desde logo, porque estão muito cansados. “Os pais dos miúdos com problemas de neurodesenvolvimento muito graves, na esfera do autismo e das perturbações do desenvolvimento intelectual, ficam extenuados. Mas, mesmo que



Bruno Colaço

O economista Carlos Farinha Rodrigues analisou os dados mais recentes do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), disponibilizados pelo INE e pelo Eurostat, referentes a 2024, e concluiu que 75% das crianças em situação de pobreza vivem em famílias cuja principal fonte de rendimento provém do trabalho. Isso deita por terra o mito de que as crianças pobres são filhas de desempregados ou de pessoas que vivem de subsídios do Estado.

A pobreza foi sofrendo transformações ao longo dos anos e hoje há uma pobreza nova a aparecer, alerta Matilde Sirgado, vice-presidente do Instituto de Apoio à Criança. “São pessoas que caíram da classe média para estas situações. É uma pobreza envergonhada. Muitas das crianças que nos pedem ajuda são de famílias com alguma estrutura e até com escolaridade mais elevada” do que era habitual.



Marilene Alves

não seja uma problemática tão ‘pesada’, estas pessoas estão muito absorvidas com questões de sobrevivência básica, como conseguirem manter o emprego ou irem todos os dias trabalhar”, explica.

As famílias com crianças abaixo dos três anos têm outro problema acrescido, que é conseguirem colocar as crianças em creches, “porque nessa faixa etária não há oferta suficiente do Estado”.

Outro fator importante são as carências alimentares. Algumas destas crianças apresentam excesso de peso “pela alimentação com muitos hidratos de carbono e pouco regulada”. No prato destas crianças faltam vegetais, fruta, peixe e carnes vermelhas, “não só porque são produtos mais caros, mas também porque há pouca consciência do que é uma alimentação saudável.” Essa subnutrição de minerais e de ferro “afeta a função do sistema nervoso central”, sublinha a pediatra.

Ultimamente, aparecem-lhe na consulta muitos casos de mulheres migrantes africanas, sobretudo de Angola, que vêm para Portugal só com o filho com problemas de saúde, à procura de uma resposta. “São problemas crónicos como paralisias cerebrais, perturbações do desenvolvimento intelectual ou questões do foro neurológico, que não se resolvem em meses, e essas mães acabam por ficar cá, num grande isolamento familiar e social. Vivem num quarto só com aquele filho.”

Também há bebés que estão a nascer nas maternidades portuguesas cuja alta hospitalar é adiada porque os pais não têm as condições de vida adequadas para receber a criança. Isabel Bretes recorda o caso de um bebé que nasceu recentemente no hospital do Barreiro que era filho de migrantes de um país asiático, que trabalhavam na agricultura e viviam numa espécie de contentor com outras famílias. Num outro caso semelhante, os pais tinham casa, mas “precisou de ser limpa e pintada. “Esses miúdos, com mais ou menos fragilidade, com mais ou menos apoio de entidades da comunidade, acabam por ter alta porque não podemos ficar com eles.”

Carlos Farinha Rodrigues recorre mais uma vez aos números de 2023 para mostrar como estas crianças são as mais vulneráveis de todas. Os menores “cujos pais não possuem nacionalidade portuguesa têm uma taxa de pobreza de 38,1%, enquanto que nos filhos de cidadãos nacionais a taxa é de 15,8%.” “Temos fatores de pobreza que têm muito a ver com a população imigrante em Portugal”, muitas vezes “associada à precariedade laboral e a uma integração deficitária nos sistemas de apoio social.”

A pobreza infantil é “um obstáculo à mobilidade social, perpetuando ciclos intergeracionais de desigualdade e pobreza e dificultando a concretização do princípio da igualdade de oportunidades”, sublinha o economista. Por isso, a aposta em “medidas eficazes de combate à pobreza infantil tem efeitos estruturais de longo prazo, beneficiando não apenas as crianças diretamente envolvidas, mas também o conjunto da sociedade, ao promoverem o desenvolvimento socioeconómico sustentado, maior justiça social e uma coesão social reforçada.”

Matilde Sirgado, do IAC, garante que “muita coisa mudou para melhor”. Hoje, a criança já está na agenda política. O problema é que “não se conseguem criar mecanismos de sustentabilidade, para que estas respostas tenham consistência”.

O que acontece é que “precisamos de uma estratégia, de medidas e políticas mais consertadas, globais, muito preventivas, mas que também sejam curativas e de remediação para as situações emergentes”.

Carlos Farinha Rodrigues concorda. E ressalva que o combate à pobreza infantil “não pode ser uma responsabilidade exclusiva do Estado”. Este é um desafio coletivo “que exige o envolvimento de todos os setores da sociedade”. Só se conseguem bons resultados se houver “um esforço muito grande para conseguir fazer confluir as várias iniciativas do Estado, das autarquias e das instituições de solidariedade social”, de modo a criar sinergias e troca de informação entre todos. Se assim for, “podemos atuar mais rapidamente”. **W**